

FLORESTAN FERNANDES E O DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Ricardo Shiota

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as contribuições de Florestan Fernandes para a historiografia da revolução brasileira. Historiografia cuja preocupação fundamental é pensar os limites, as potencialidades e os efeitos da transição da sociedade brasileira para o capitalismo industrial e a emergência de novos atores políticos, como a burguesia industrial e financeira. Para tanto, baseia-se na revisão da literatura já produzida que discute a categoria. Essa historiografia é de suma importância para compreensão da evolução da obra de Florestan Fernandes de 1960 a diante. Nota-se que ele oferece uma resposta qualificada para aquela problemática, incorpora de modo crítico e dialético o conceito de revolução elaborado por essa historiografia, à luz da história brasileira baseado na apropriação do marxismo-leninismo.

Palavras-chave: Pensamento político. Historiografia. Revolução brasileira. Florestan Fernandes.

Abstract: This article aims to discuss the Florestan Fernandes' contributions to the historiography of the Brazilian revolution. Historiography whose fundamental concern is to think about the limits, potentialities and effects of the transition Brazilian society into industrial capitalism and the emergence of new political actors, such as the industrial and financial bourgeoisie. Therefore, it is based on the review of literature already produced that discusses the category. This historiography is of great importance for understanding the evolution of the Florestan Fernandes' works from 1960 onwards. It is noted that he offers a qualified answer to that problem and incorporates, in a critical and dialectical way the concept of revolution elaborated by this historiography, in the light of Brazilian history

based on the appropriation of Marxism-Leninism.

Keywords: Political thinking. Historiography. Brazilian Revolution. Florestan Fernandes

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a revolução brasileira deu origem a uma literatura que diz respeito tanto à interpretação quanto à transformação da formação social, testemunha uma época histórica e muitas promessas não realizadas. Escrita com pretensões totalizantes, tal literatura discrepa das tendências hoje em voga nas ciências humanas e sociais. Esses textos podem ser questionados como relíquias do passado, mas contém a vontade de, mediante uma compreensão global da formação social, contribuir para o plano direto da luta de classes, porque exprimem o engajamento literário que evoca a unidade entre teoria e práxis (LUKÁCS, 2003), a busca de um conhecimento preciso do real como condição de autoafirmação de uma classe social no processo de luta; embora, para muitos escritos, inclusive documentos do Partido Comunista Brasileiro (CARONE, 1983), essa classe era a burguesia nacional.

Esta historiografia envolve a problemática dos traços distintivos das “mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais havidas no Brasil no curso da industrialização e ascensão da burguesia industrial” (IANNI, 1989, p. 7). O pano de fundo dessa reflexão é a transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana, na qual a industrialização despontava e suscitava enormes expectativas ou resistências nos intelectuais, nos movimentos sociais, nos partidos políticos e em toda sociedade. Ao entrar em cena como sujeito político e buscar o controle do Estado com exclusividade para si, a burguesia industrial e financeira também dava origem a outros sujeitos, antípodas: trabalhadores assalariados, semiassalariados, proletários, operários, que se somavam aos demais agentes que não tinham voz nem vez naquela sociedade, ou simplesmente não estavam

contentes – "estudantes", "camponeses", "bancários", "comerciários", "sargentos", "soldados" etc.; os quais reclamavam urgência nas reformas de base (MORAIS, 1965).

Essa produção intelectual tem afinidades com a produção material e simbólica, com a sociedade que as forças sociais em luta pretendiam gestar. Os textos acolhem demandas, inquietações e solicitações das classes sociais dominantes ou dominadas, por isso contêm uma dimensão normativa que no limite se configura como estratégias, opções, ideologias, modelos políticos. Dimensão que deriva da reinterpretação da história social e política do país ou de algumas de suas épocas, com vistas a explicar aquele presente, concebido em termos de crise de transição (IANNI, 1989, p. 7). Datada, essa literatura sofre as injunções de seu tempo, época de crise e lutas sociais importantes nas cidades e no campo em diversas regiões do Brasil:

Criam-se e suprimem partidos políticos, principalmente de esquerda. Verificam-se greves operárias e de certos setores de classe média de grande significação política. Em certos momentos as manifestações havidas no contexto de situações de crise política nacional também adquirem grande significação. Estende-se a sindicalização e a organização do campesinato e do proletariado rural. Sucedem-se os golpes de Estado, sob várias formas: o ditador Vargas é deposto em 1945; em 1954, quando presidente [...] Vargas suicida-se, sob intensa pressão de forças internas e do imperialismo; em 1961, o presidente Jânio Quadros renúncia à presidência da República, num intento malgrado de golpe de Estado. Em 1964, o presidente Goulart é deposto; em 1968, com o AI -5, as instituições políticas que tinham sobrevivido desde 1964 são extintas (IANNI, 1989, p. 16).

Skinner (1996) afirma que a história política de cada sociedade impõe os problemas fundamentais para o pensamento político, não obstante, seja uma atividade que se orienta mais por convenções ou idiomas diferentes, conformadores de um vocabulário normativo ou contexto linguístico, do que de determinações imediatas de determinado contexto histórico. Entretanto, vista em termos de luta de classes, essa história política não se dissocia da totalidade na qual se insere e que se configura como motivo das reflexões à luz de outras reflexões, da consciência dos agentes, dos movimentos sociais e dos partidos políticos.

Em meio a muitas interpretações existentes sobre a obra desse sociólogo, poucas se atentaram para a importância da historiografia da revolução e a centralidade da categoria, sendo José Paulo Netto (1987) o primeiro a destacar esse aspecto, em breve texto. Gilcilene Barão (2008) analisa os escritos educacionais de Fernandes dessa perspectiva, da centralidade da categoria revolução. Rodrigo Castelo (2011) defende que o tema da revolução brasileira pertence ao debate econômico e que existe uma crítica da economia política na obra de Florestan Fernandes que o insere na controvérsia da revolução brasileira.

Em continuidade a essas reflexões, esse artigo tem por objetivo mostrar que a historiografia da revolução brasileira é de suma importância para compreender a evolução da obra de Florestan Fernandes de 1960 em diante. Com isso, pretende defender a mudança social e a revolução como categorias centrais da produção intelectual desse autor. A revisão de literatura mostra que o sociólogo dialoga, de forma aberta, com a historiografia da revolução brasileira, elabora uma resposta qualificada para a problemática da mesma e sintetiza à luz do marxismo-leninismo e da história brasileira os sentidos básicos do conceito de revolução daquela historiografia.

2. A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E FLORESTAN FERNANDES

Nesse balanço é possível, no campo político das esquerdas do pré-1964, distinguir dois sentidos básicos e duas orientações normativas fundamentais da categoria. A primeira gravitava em torno de uma revolução capitalista com autonomia nacional e democracia. A segunda apontava para a necessidade da revolução socialista, uma realidade existente, a despeito de suas limitações, para um

terço da população mundial em 1963 (HOLANDA, 1963). No Brasil, pelo menos nas quatro primeiras décadas do século XX, revolução era sinônimo de quarteladas, intentonas, movimentos armados, tomada do poder de Estado pelas forças armadas, guerra civil. Esse significado está ligado, além da experiência histórica, à influência do organicismo, do positivismo, do tenentismo, do stalinismo e do integralismo. Mudanças econômicas e políticas permitiram a instauração de (novas) instituições democráticas, redefinição dos papéis intelectuais com a criação de universidades que promoveram o início da especialização e permitiram um salto teórico nas formulações dos intelectuais, em meio à emergência de novas forças sociais e novos atores políticos, assim como mobilizações sociais (BASTOS, 2008).

No final do século XIX, surge a categoria revolução brasileira associada ao desenvolvimento capitalista industrial brasileiro. A expressão aparece como título de livro logo após a Abolição da escravidão. Embora possa ter sido empregada antes de 1890, é neste momento que surge como categoria histórica articulada a um contexto de enunciação peculiar, o golpe das forças armadas que deu origem à República – primeira experiência dos militares no poder estatal.

Entre 1890 e 1942, a categoria revolução brasileira portou uma semântica avançada e circulou de forma progressista, à luz das condições de cada época histórica, apenas nos usos de Silveira (1890) e Afonso (1940), não obstante a confusão que Silveira faz entre revolução e *Putsch*. Nos demais autores, a categoria circulou de modo conservador, prevaleceu a confusão entre política e guerra, revolução e outros fenômenos sociais que se distinguem da mesma; manifestou moralismo, autoritarismo, reacionarismo e antipolitismo (TÁVORA, 1927; SANTOS, 1931; JUNIOR, 1938; AMARAL, 1963; MELLO, 1938; SPALDING, 1939; PAGANO, 1938). Subjacente a essas formulações, identifica-se uma concepção tradicional da história (*Historie*), na qual as histórias passadas são vistas como fontes de exemplo de vida que suscitam o objetivo de atuar imediatamente na realidade (KOSELLECK, 2006).

No pós-1945, a categoria revolução brasileira, em sintonia com as mudanças sociais do período, a exemplo da institucionalização das universidades e especialização do saber, adquire densidade e passa a circular mediante usos teóricos e políticos com enfoques estruturais, mas sem deixar de considerar os agentes da transformação que buscava orientar e legitimar. Nesses diferentes usos há uma concepção moderna de história (*Geschichte*), na qual ela é apreendida de modo imanente, como totalidade. O passado deixava de ser exemplar e o futuro passou a ser apreendido como uma obra por se constituir (KOSELLECK, 2006). Diante da percepção do atraso, defendia-se a aceleração do desenvolvimento.

Com a transformação capitalista, a categoria revolução brasileira muda, adquire aportes teóricos e passa a ser usada para se referir a projetos de futuro, com base em diferentes critérios: superação do iberismo (HOLANDA, 1973); ruptura com o latifúndio e com o imperialismo, ampliação do regime democrático e estatização da exploração das riquezas nacionais (SODRÉ, 1958); consciência crítica e protagonismo das massas (VIEIRA PINTO 1960a, 1960b); internalização dos “controles dos centros de decisão” (FURTADO, 1962); reforma política democrática e “atitude parentética” (RAMOS, 1961, 1963); suplantação do patriarcalismo (MORAIS, 1965); descolonização e sensibilidade para o concreto pensado (JÚNIOR, 1966).

Além disso, o conceito muda devido à polarização entre socialismo e capitalismo. Depois da Revolução Cubana, em 1961, é reabilitada a semântica socialista da categoria revolução brasileira. Foi usada como transição pacífica mediante os critérios: direito de revolução e liberdade de viver (OLIVEIRA, 1962a, 1962b), conhecimento dos inimigos do povo (SANTOS, 1962) e protagonismo de operários e camponeses (VINHAS, 1963). Também foi usada no sentido da transição violenta para o socialismo, através dos critérios: criação de um foco guerrilheiro (HADDAD, 1961; PERI, 1962), que desconsiderava a formação social brasileira; e insurreição defensiva (BANDEIRA, 1962), que a indeterminação dos eventos históricos tratou de inviabilizar.

Porém, ao ser usada como transição para o socialismo de forma épica mediante um foco guerrilheiro, a categoria reabilitou a semântica golpista, mais tenentista do que dialética na tradição do pensamento político-social indígena. Concepção inspirada nas revoluções soviética, chinesa e cubana, países de formação histórica completamente diversa da brasileira. Nesta formulação há mais uma adaptação do materialismo histórico, na forma de doutrinação, do que a integração teórica do mesmo à formação social brasileira.

Com o fechamento político imposto pela ditadura civil-militar, que se autoproclamava sendo a revolução brasileira ou Revolução de 1964, aquelas promessas perdiam qualquer viabilidade em razão da nova conjuntura. Novas questões foram colocadas para aquela historiografia, sobretudo, a necessidade de compreender as razões da derrota política, sofrida em 1964, e quais eram os caminhos prospectivos da revolução brasileira.

Florestan Fernandes, desde 1960, dialogava com a problemática daquela historiografia, compartilhava algumas ilusões, as quais foram sendo dissipadas à medida de suas frustrações políticas, estudos exaustivos e avanços teóricos. O diálogo que estabelece com a historiografia da revolução brasileira exprime-se em sua preocupação com a mudança social, um modo sociológico de conceber tanto a revolução quanto o desenvolvimento (STOMPKA, 1988). Evidente que o autor possui uma concepção teórica particular desses conceitos.

Apesar de divergências com o nacionalismo e com o desenvolvimentismo é nessa órbita e linguagem que gravitam os escritos de Fernandes (1960; 1961; 1963; 1966; 1968) ao longo da década de 1960. O horizonte dele é o de um capitalismo nacional autônomo e democrático. Mas não se ilude com a aceleração do crescimento econômico como panaceia para os problemas brasileiros e aponta outros meios, como a importância da educação, da ciência, do planejamento, do combate à desigualdade racial, da instauração de uma ordem democrática etc. Orientação ainda presente em seu livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, o qual já sinaliza importantes inflexões, como a tematização do imperialismo e do capitalismo dependente. O deslocamento no sentido de privilegiar a economia política, não mais questões socioculturais vinculadas aos problemas de socialização dos agentes, inicialmente, esteve vinculado a uma concepção normativa da autonomia do desenvolvimento capitalista. Em texto de 1966, ele defende:

Sob a pressão dos avanços da integração nacional e dos progressos do capitalismo industrial, torna-se cada dia mais difícil e improdutivo manter-se a “política” na condição de prisioneira de interesses estanques e confinados, o que condena suas polarizações conservantistas e fortalece suas polarizações modernizadoras. Tanto a integração nacional, em sua fase atual, quanto o desenvolvimento do capitalismo industrial exigem uma política econômica inovadora, que permita extinguir formas de acumulação de capital que onerem improdutivamente a sociedade, que favoreçam a correção de desequilíbrios econômicos regionais ou setoriais e que incentivem a formação de um mercado nacional dinâmico, capaz de entrosar equilibradamente a produção, a distribuição e o consumo. (FERNANDES, 2008a, p. 143)

A problemática da revolução burguesa, ainda que em linguagem desenvolvimentista, aparece em 1964, e vai se despidendo, gradualmente, ao longo dessa década, daquele horizonte do capitalismo independente e democrático. No livro *A integração do negro na sociedade de classes*, Fernandes (2008b, 2008c) usa o conceito de revolução burguesa, argumentando que se processa em outras circunstâncias e possui feições particulares. Em virtude de marginalizar os antigos agentes do trabalho do antigo regime escravocrata e senhorial brasileiro e barrar a participação de negros e mulatos na nova ordem social competitiva – a sociedade do contrato e dos direitos –, essa revolução capitalista impulsionada pelo desenvolvimento da “grande empresa de café” do Vale do Paraíba ao interior do Estado de São Paulo ocorre em termos exclusivos dos interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da “raça dominante”. O processo é caracterizado pela “extrema lentidão e notória descontinuidade” (FERNANDES, 2008b, p. 299), pela reprodução das desigualdades racial e regional, pela combinação de riqueza e pobreza, modernidade e atraso, centro e periferia. Contra as

iniquidades de uma revolução social que transformou as relações de produção e o ordenamento jurídico-político sem tocar nas condições sociais concretas dos agentes, Fernandes (2008b, 2008c) defendia a integração massiva do “negro” na sociedade de classes com mobilidade e ascensão social, com participação na vida política e econômica do país. Fins que dependiam de uma revolução burguesa que conduzisse a um capitalismo autônomo.

Ainda naquele livro divisor de águas, Fernandes (2008a) apostava na possibilidade de o Estado brasileiro civilizar o capitalismo, na promessa de uma revolução burguesa que pudesse conduzir à independência econômica, democracia ampliada e soberania nacional. Dizia ele em 1967:

A “revolução burguesa” e o capitalismo só conduzem a uma verdadeira independência econômica, social e cultural quando, atrás da industrialização e do crescimento econômico, exista uma vontade nacional que se afirme coletivamente por meios políticos e, tome por seu objeto supremo a construção de uma sociedade nacional autônoma. (FERNANDES, 2008a, p. 155)

O pensamento de um intelectual se constrói, transforma-se, está em movimento, amadurece, há tensão entre vida e obra, mas ambos são formados historicamente e socialmente. As inquietações fazem parte dessa mudança, assim como as decepções políticas, modificação de linguagem, e do que Bevir (2008) chama de tradições e de crenças racionais. Quando as formas políticas são sucedidas por outras, os destinos individuais também são afetados, a exemplo de Maquiavel, cuja desventura e exílio estiveram associados ao declínio da República florentina e ascensão da monarquia. Esse modo de ver a obra em movimento, em resposta aos novos problemas históricos e contingentes, ou aos novos contextos intelectuais, afasta a explicação em termos de ruptura epistemológica sugerida por Freitag (1987). O pensamento em transformação é característico dos grandes pensadores.

No caso de Florestan Fernandes, inquietações estavam presentes e serviram-lhe de combustível para oferecer uma resposta contundente e qualificada para a problemática da revolução burguesa brasileira. Desde o livro *Integração do negro na sociedade de classes*, passando por *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, o autor qualifica a revolução brasileira como sendo revolução burguesa, concepção reafirmada em resenha de livro de Caio Prado Júnior (1966): “a “revolução brasileira”, nos limites em que ela se equaciona historicamente, é literalmente uma revolução burguesa” (Fernandes, 1980, p.88). Publicada em fevereiro de 1968, essa resenha contém um programa de trabalho que o autor elabora, mediante suas discordâncias, com duas orientações interpretativas fundamentais da formação social brasileira naquele momento, as de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior.

Embora concorde com as críticas do autor à orientação seguida pelo PCB, discorda do programa político sugerido e afirma:

[...] parece que a tendência a focalizar a unidade de produção escravista como “empresa capitalista” é tão falaciosa quanto a tendência oposta de projetar o feudalismo na estrutura da sociedade brasileira. Doutro lado, até hoje não se examinou objetiva e completamente, as vias pelas quais o capitalismo foi absorvido internamente, o que permitiria explicar como e porque a emancipação política coincide com os vínculos de dependência em relação ao exterior. Segundo suponho, o capitalismo comercial, primeiro, o capitalismo industrial, depois, converteram-se em formas históricas de subcapitalismo ou de capitalismo periférico e dependente. Sem a análise dessas questões torna-se impossível compreender porque temos uma burguesia incapaz de identificar-se com uma política econômica autenticamente nacionalista e, portanto, de fomentar o desenvolvimento de um sistema capitalista

integrado e autônomo. Temas dessa ordem devem merecer maior atenção: eles estão na raiz mesma das coisas (FERNANDES, 1980, p. 86-87).

Publicada em fevereiro de 1968, essa resenha contribui para elucidar a evolução intelectual de Fernandes, pois revela que esse programa de trabalho não decorre do AI-5 ou de sua aposentadoria compulsória da USP, tampouco de seu exílio no Canadá, onde leu, de modo sistemático, a obra de Lênin e de outros autores fundamentais do marxismo. Nessa resenha, anterior àqueles eventos, ele aponta a necessidade de “projetar a “revolução brasileira” segundo os ideais, os valores e os meios políticos do socialismo” (FERNANDES, 1980, p. 89).

Desde *Branços e Negros em São Paulo*, publicado em coautoria com Roger Bastide, de 1953, até a publicação de *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964 – a problemática do autor consiste em identificar a realização do capitalismo como um sistema socioeconômico com ênfase no âmbito societário, pensado como um processo de revolução social, pois a antiga sociedade de castas e de estamentos não tinha mais-valia relativa nem capital industrial: não era capitalista. Não se preocupava com a singularidade do país, mas com o atraso brasileiro, problematizando a realização do capitalismo no Brasil sob o ângulo da situação do negro na ordem competitiva. Ao olhar para os agentes marginalizados, Florestan Fernandes questiona a totalidade do processo social e cobra as promessas que a sociedade de classes realiza em outros momentos.

Em *A integração do negro na sociedade de classes* ele analisa essa revolução capitalista, que se inicia de modo tímido nas grandes capitais, sobretudo, São Paulo, nas grandes fazendas de café, da perspectiva do negro, o agente social mais prejudicado pela formação social brasileira, o elo frágil que revela a totalidade. Já no livro *A revolução burguesa no Brasil*, o mesmo processo é visto sob o ângulo das classes dominantes, das burguesias nacional e estrangeiras. A terceira parte do livro evidencia os resultados sólidos dessa problemática nova que já se manifesta no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, publicado em 1968, composto por textos escritos desde 1965. Problemática que consiste em enfatizar a realização de processos universais no nível societário e o intersocietário, considerar as relações internas e externas presentes no espaço político-econômico da sociedade nacional do ponto de vista do processo total, das relações recíprocas entre classes sociais, centro e periferia, metrópoles e colônias na expansão do sistema mercantilista e capitalista. Assim, de 1965 doravante, os conceitos de imperialismo e capitalismo dependente passam a ser usados na obra de Florestan Fernandes, mediante nova problemática, novo contexto histórico e intelectual.

3. O ARCO DA REVOLUÇÃO BURGUESA

Os resultados dessa evolução intelectual de Florestan Fernandes (1981), no que concerne à problemática da revolução brasileira, mostram que o arco da revolução burguesa no Brasil possui três movimentos: o da revolução de estruturas (1875-1964), o da contrarrevolução (1964-1988) e o da estabilização repressiva (1984 – até o presente); e um contramovimento: revolução das classes trabalhadoras que ainda é uma virtualidade inscrita na história.

A revolução burguesa no Brasil é condicionada por diferentes formas de dominação externa: colonial, neocolonial, imperialista e imperialista total. Formas que estão relacionadas às fases da transformação capitalista no Brasil, as quais Florestan Fernandes distingue quatro: colonial (1500-1822), quando não havia capitalismo; neocolonial (1808-1975), ocasião em que inicia a transição para o capitalismo; capitalismo competitivo dependente (1875-1964); e, por fim, capitalismo monopolista e financeiro dependente (1964 – até o presente).

O movimento da revolução burguesa ganha força em 1888, quando a Abolição produz uma revolução social nas relações de produção, instituindo o trabalho livre. Porém, essa revolução se dá mais ao nível estrutural (das formas econômicas, jurídicas e políticas), pois se trata de uma revolução industrial submetida ao neocolonialismo e ao imperialismo, impulsionada pela economia

exportadora, pela grande propriedade agrária e pela monocultura. O processo ocorre de modo lento, descontínuo, conciliador e dramático, sem enfrentar o problema da descolonização; não ocorrem as revoluções democrática, educacional, nacional, urbana e agrária no desenvolvimento capitalista brasileiro.

Apenas as estruturas legais e políticas foram transformadas de modo pontual. As formas de produção e de propriedade coloniais pré-existentes conservaram-se para que houvesse crescimento do mercado interno, urbanização, industrialização e a própria expansão do aparato do Estado (FERNANDES, 1981). Nas palavras do autor:

Essa modalidade de revolução burguesa não busca autonomia do crescimento econômico capitalista, mas crescimento rápido (ou tão rápido quanto possível) nas condições permanentes (embora constantemente renovadas, a partir de fora e de dentro) do capitalismo dependente. Por isso, ela não visa nem leva à mobilização econômica, social e política dos setores mais ou menos marginalizados e excluídos da nação. As suas “fronteiras internas” são outras: os setores mobilizados pelo privilégio e incorporados à dominação burguesa, tanto econômica e socialmente, quanto politicamente. Assim, para atingir seus fins, a dominação burguesa dissocia a revolução econômica da revolução política, o que faz com que a revolução burguesa fique representando um deslocamento totalitário do poder de classe que elimina (de fato ou de direito), o resto da sociedade do espaço político e suprime os ritmos turbulentos da história, proscrevendo o conflito social. Nesse processo, ela também se dissocia da revolução nacional e “fecha a história” dentro de estreitos limites econômicos, como se o presente e o futuro da nação pudessem gravitar em torno da eficácia, da segurança e da eternização da dominação burguesa. (FERNANDES, 1995, p. 126).

Essas revoluções (agrária, nacional, democrática, educacional, urbana) que acompanharam a transformação capitalista nos países de “via clássica” (Inglaterra, França, EUA) não ocorrem no Brasil; por conseguinte, não há possibilidade de autonomia nacional nos quadros do capitalismo dependente. Há uma dupla articulação, entre as classes dominantes internas e externas na formação social brasileira e latino-americanas, responsável pelo nosso destino histórico. O capitalismo dependente surge como realidade histórico-social inexorável e tem como determinação uma economia duplamente articulada:

[...] 1) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente em urbano-industrial); 2) externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais [...] quando o “desenvolvimento” aparece em cena, não se questiona ardentemente a dupla articulação – entram em debate questões relacionadas com a reforma agrária, o “entreguismo”, a remessa de lucros e o intervencionismo econômico do Estado, sem que o essencial, a respeito da dupla articulação, sofresse verdadeiro repúdio. Aceita-se como “natural”, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutro lado, também aceita-se como “natural” que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a presunção de que aí estaria ou a “melhor” ou a “única” saída para a industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento interno. (FERNANDES, 2006, p. 284).

Assim está garantida a existência da burguesia interna como classe social dominante e um padrão de acumulação de capital diferente, no qual o excedente da mais-valia é repartido de modo desigual em favor dos parceiros externos que, aos poucos, passam a deter o controle total da sociedade, da cultura, da política nacional – daí Fernandes usar o conceito de imperialismo total sob

o capitalismo monopolista e financeiro. Nesse capitalismo dependente, na fase competitiva ou monopolista, o subdesenvolvimento é uma necessidade intrínseca da própria reprodução do sistema. Vale dizer, é preciso a existência de um enorme contingente de pessoas que não podem usufruir da ordem social competitiva (dos direitos burgueses de cidadania), garantidos de modo desigual apenas àqueles que se classificam no mercado ou no sistema de produção. É necessária a presença de uma massa, cada vez maior, de marginais ou pessoas que não se integram nessa ordem social, para que o padrão dependente de acumulação de capital possa se reproduzir. Um dos motores desse padrão de acumulação ou “galinha dos ovos de ouro” do capitalismo dependente é a superexploração do trabalho, a qual pressupõe enorme contingente de desempregados ou exército industrial de reserva e impossibilidade de os trabalhadores organizarem-se como *classe em si*.

O movimento da contrarrevolução burguesa ocorre em 1964 com a tomada do poder de Estado e com a criação de um Estado autocrático burguês, ocasião na qual o capitalismo monopolista se impõe como força econômica vinda de fora e demanda a associação subalterna e a ação contrarrevolucionária da burguesia brasileira para impor a estabilidade política necessária para a realização de investimentos na infraestrutura do país, necessários à incorporação ao espaço econômico das economias capitalistas hegemônicas. Nesse movimento histórico ocorre uma “rotação em que estruturas nacionais de poder e dinamismos internacionais de irradiação do capitalismo monopolista coincidem em forjar uma autocracia burguesa” (FERNANDES, 1980, p.82); qualificação em contraste com o “padrão democrático-burguês “clássico” de revolução nacional” (FERNANDES, 2008b, p.361). Mas, não é “apenas uma imagem invertida do Estado democrático burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário” (FERNANDES, 1979, p.59). Emerge uma nova modalidade de dependência (monopolista e financeira) e de dominação imperialista (total). O Estado autocrático burguês criado pela ditadura associa, mas sem eliminar as contradições existentes entre imperialismo, multinacionais e burguesia nacional; torna-se o mediador dos elos da periferia com o centro.

Na realidade, trata-se de um Estado capitalista autocrático, ao qual cabe a qualificação específica de Estado autocrático burguês. Nascido do contexto de uma contrarrevolução política, para garantir a “modernização”, a incorporação e a industrialização maciça, pelo menos em um certo período de tempo deve funcionar como o instrumento político de uma ditadura de classe aberta. Somente as forças armadas poderiam operar como um componente de transição do obsoleto Estado representativo latino-americano para esse tipo de Estado; e somente os tecnocratas, civis e militares, poderiam saturar seus quadros e ocupar várias posições de liderança política ou burocrática estratégicas (daí a militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado autocrático burguês). [...] Ele não se transforma para pôr em prova um “bonapartismo”, mas para servir a interesses contraditórios das classes burguesas. A variedade de interesses das classes dominantes força a escolha de áreas de acordo com que giram sobre os mínimos: para a estabilidade política, o fortalecimento da ordem e o privilegiamento das classes burguesas. Daí a saliência da defesa de interesses comuns [...] [sic.] (FERNANDES, 1979, p.42).

O movimento da revolução burguesa no Brasil, que instaurou o capitalismo competitivo dependente, foi estrangulado pelo capitalismo monopolista – uma realidade já presente nas economias capitalistas hegemônicas desde as primeiras décadas do século XX –, e conciliado com as estruturas econômicas, sociais e culturais estamental e de castas pré-existentes na formação social brasileira. A pressão interna dos trabalhadores assalariados e semiassalariados, a existência de um bloco de poder socialista, também contribuíram para a crise do poder burguês – ainda oligárquico, em compromisso com as oligarquias rurais –, no interlúdio democrático (1945-1964), sobretudo, após o governo de Getúlio Vargas (1950-1954).

A crise de adolescência da burguesia brasileira, provocada por aquele conjunto de fatores, resolveu-se mediante a mudança de ideologia e utopia, o abandono das velhas ilusões de autonomia, democracia e republicanismo, mediante uma tomada de consciência de classe na direção da

associação e do aproveitamento imediato das vantagens da dependência e do subdesenvolvimento. A “ditadura não se gerou a si própria. Ela põe em questão a crise do poder burguês e as vias que a burguesia escolheu para resolvê-la” (FERNANDES, 1982, p.67). A resposta à crise do poder burguês deu-se em termos de fechamento político autocrático ou contrarrevolução preventiva lastreada na tomada do poder e militarização global do Estado, com vistas à conservação do *status quo*.

Após um período de aglutinação estrutural das frações burguesas internas, sob a vigência do capitalismo concorrencial dependente, que socializou a concepção burguesa do mundo e o estilo de vida burguês, o medo da perda de privilégios impôs em 1964 uma associação subalterna com o imperialismo ou com as indústrias multinacionais e o capital financeiro. O aprofundamento da associação ocorre graças à tomada do poder de Estado mediante o golpe civil-militar, contrarrevolucionário, que promoveu a integração horizontal, das várias classes e frações de classes burguesas, conforme sua importância para a reprodução do capitalismo monopolista dependente. A unificação da burguesia em torno do poder de Estado tornou-o menos oligárquico e mais plutocrático, possibilitou que os interesses de classe e comportamentos coletivos da burguesia se congregassem em uma comunidade política unificada. “O novo tipo de tirania aparece como subproduto da dominação oligárquica em dominação plutocrática, composta de interesses sociais, políticos e econômicos, públicos e privados, tanto internos quanto externos” (FERNANDES, 2010, p. 162).

A crise do poder burguês não coincide com uma vontade dessa classe social e suas frações à “consolidação” da democracia no Brasil, mas com o “dilema de como instaurar, abertamente, uma oligarquia coletiva das classes possuidoras. O que entrava em questão era portanto o problema da autocracia” (FERNANDES, 2006, p.387). Nesse movimento de conquista do poder de Estado para si, a burguesia brasileira se transfigura “numa força social especificamente autoritária ou totalitária” (FERNANDES, 2006, p.368). Ao conquistar para si o poder de Estado com exclusividade, essa classe social pôde, ao mesmo tempo, se proteger das pressões internas (de operários, trabalhadores rurais semilivres, estudantes e de setores da classe média) e externas (das classes sociais parceiras e nações capitalistas hegemônicas). Com isso, a ditadura possibilitou assegurar os privilégios inerentes à condição burguesa no Brasil e oferecer estabilidade política para receber os investimentos necessários à criação da infraestrutura necessária à ação econômica de empresas multinacionais e investidores estrangeiros.

Mas, esta modernização, por sua origem, natureza e funções, é uma expressão dinâmica dos interesses mistos internos e externos envolvidos. Primeiro, é uma modernização controlada de fora, como uma fonte de neutralização permanente de qualquer tendência de crescimento autônomo. Segundo, é uma modernização politicamente controlada pelos setores dominantes das classes alta e média, portanto uma modernização que rende dividendos somente para esses setores e suas elites no poder (FERNANDES, 2010, p. 155-156).

Assim, a ditadura civil-militar de 1964, “foi, na realidade, uma ditadura de classe” (FERNANDES, 2010, p.149), que usou a autoridade dos militares para instalar as bases do poder burguês. A composição de interesses públicos e privados, internos e externos que lhe serviu de base, tinha como objetivo garantir condições de estabilidade para a transição a uma nova modalidade de desenvolvimento do capitalismo dependente. A despeito de privilegiar determinadas classes sociais internas e externas e superexplorar os trabalhadores, a ditadura, além de não resolver a crise do poder burguês devido aos conflitos intramuros das classes dominantes na repartição da mais-valia relativa produzida no país, ampliou o mercado interno, generalizou as relações capitalistas de produção para toda sociedade e, com isso, aumentou a força relativa das classes trabalhadoras.

As classes burguesas “nacionais” buscaram na ditadura um excedente de poder para se autoprotegerem e autoprivilegiarem, diante da pressão das classes subalternas, principalmente de seus setores proletários, e para se resguardarem nas relações defensivas com o “aliado principal”. As classes burguesas “internacionais” buscaram

na ditadura a persistência invariável de certas fronteiras históricas, conquistadas por suas nações através da “partilha do mundo” e da expansão externa do capitalismo monopolista. Os interesses materiais de ambas as burguesias convergiam quanto à estabilidade política do *status quo*, à segurança e à proteção desses interesses *manu militari* [...]. No entanto, os dinamismos dos setores hegemônicos dessa associação caminharam mais depressa que os setores dependentes, ou heteronômicos. Eles empurraram a internacionalização [...] não caminharam atrás dela, tropeçando em obstáculos materiais internos e em fatores subjetivos. Em consequência, a ditadura obsoletizou de modo mais rápido para os estratos estratégicos dos parceiros externos. Estes preferem a absorção da “síndrome ditatorial” por meio de uma *democracia forte* (na qual possam explorar melhor a associação com as classes burguesas e a esfera estatal), respaldada, em vista das proporções atingidas no Brasil pela modernização satelitizadora, em um Estado de segurança nacional com uma face democrática e outra militarizada, sem que esta se desgarre daquela e se torne incontrolável (FERNANDES, 1982, p. 101-102).

Ao lado do aprofundamento da dependência, que aumentou o poder das frações externas, das multinacionais e das potências capitalistas hegemônicas no controle da sociedade nacional, também “o polo trabalho sofreu transformações [...] que tornaram a ditadura obsoleta e inviável [sic.]” (FERNANDES, 1982, p. 100). A eclosão do movimento operário no final da década de 1970, a emergência do povo na história e o receio das frações de classe e nações imperialistas externas de que o Estado autocrático burguês brasileiro se convertesse em um Estado nacionalista, mesmo de direita, tornou a ditadura prescindível para o poder burguês. Nesse contexto de pressões internas e externas contra a ditadura civil-militar, por parte das frações de classe dominantes (que passaram a duvidar da estabilidade política oferecida pela ditadura) e das classes sociais dominadas (que carregaram o ônus da acumulação de capital), surge a necessidade do movimento da estabilização repressiva burguesa.

[...] Se não abrem mão da concentração de poder, que não são forçados a isso, procuram pelo menos adaptar a concentração de poder aos “meios usuais”. O que repõe a via parlamentar no circuito do processo político. Não que pretendam *revitalizara* via parlamentar. Pois sabem muito bem que qualquer “meio usual” significa [...] democracia de participação ampliada e, portanto, os riscos da presença das classes trabalhadoras, das massas populares e de suas exigências políticas. O que querem é transferir para o parlamento o ônus do desgaste e a busca gradual de uma alternativa: uma almejada *democracia forte*, que não faria outra coisa que prolongar a ditadura de classes concentrada e a contrarrevolução de modo aberto e menos visível, “institucionalizando” e por aí legitimando a própria contrarrevolução [sic.]. (FERNANDES, 1994, p. 108).

Com muita argúcia, Florestan Fernandes questiona o processo histórico que deu origem à “Nova República”, entre aspas, “naquilo que ela tem de despistamento, continuidade e falsa promessa” (CÂNDIDO, 1986, p.10). Não apenas a história é desmascarada, como também as teorias e os conceitos que lhes serviam de justificativa. Ele desvenda a retórica do “autoritarismo”, do “regime autoritário”, da “sociedade civil”, e do “retorno à democracia” como constructos da “oposição consentida”, que permaneceu “comprometida com a crítica liberal burguesa e cujo verdadeiro oponente não é, de fato a ditadura fascista mas a revolução proletária e a democracia popular” (FERNANDES, 1979, p. XII).

Contra tal concepção ordeira do processo histórico, Fernandes (1981) denunciou o fascismo enrustido na solução adotada pela burguesia brasileira em 1964. Mediante a crise do Estado autocrático burguês, vislumbra as potencialidades engendradas, de modo contraditório, pela história: o surgimento de uma classe trabalhadora *em si*, inconformada com aquele presente e carente de mediações para tornar-se uma *classe para si*. Colocou na ordem do dia a defesa da revolução democrática, justamente uma revolução, porque a democracia no Brasil, salvaguarda os interlúdios ditatoriais, tem sido sempre restrita. Já sob a identidade de publicista revolucionário, foi categórico:

““a Nova República”, nascida de uma costela da ditadura, não tem nada a ver com a República Democrática [...]” (FERNANDES, 1985, p. 7). Como reestabelecer a democracia após uma ditadura se o Brasil nunca foi um país de democracia burguesa ampliada?

Mediante o apelo de seu público leitor e de estudantes, Florestan Fernandes, após muita resistência aceita ingressar no Partido dos Trabalhadores, em 1986, para se candidatar a Deputado Constituinte. Antes disso, já recebera diversos convites para ingressar no PT, em um deles o próprio Lula buscou persuadi-lo (FERNANDES, 2008d).

Com muitas reservas críticas em relação ao recém fundado Partido dos Trabalhadores, devido ao imenso arco de ideologias e correntes políticas que abrigava, Florestan Fernandes era, em si mesmo com suas ideias, uma corrente e voz isolada. Não obstante, ao ser eleito Deputado Constituinte e, em seguida, Deputado Federal, ele pode observar a sociedade brasileira de outro ângulo, o das elites políticas das classes sociais. Mas manteve seu compromisso com os de baixo.

O movimento de estabilização repressiva da revolução burguesa ocorre após o fim da ditadura civil-militar e criação da “Nova República”. Nesse processo a esperança de uma transformação radical, com emergência do povo na história, mais uma vez, não se concretizou. Os novos sujeitos que emergem no final dos anos 1970 – com a retomada das greves pelos operários e de movimentos no campo: a CNBB, as comissões de justiça e paz, a CPT, a renovação da OAB, as comunidades eclesiais de base, as comissões de fábrica, as associações de bairro, as organizações de vanguarda dos espoliados da terra, dos indígenas, dos negros, das mulheres, dos movimentos de liberação sexual, das organizações de favelados –, não tiveram peso nem organização política suficiente para impor suas demandas (FERNANDES, 2014). A eleição de Tancredo Neves devia ter consumado uma ruptura política, apoiada no movimento das Diretas Já, mas houve o golpe das eleições indiretas, que impediu uma ruptura contra a ditadura nas urnas.

Em seguida, as classes dominantes mantiveram o controle do processo Constituinte, impondo diversas manobras por meio das elites políticas que as representam. Entre essas manobras, pelo menos duas devem ser destacadas. Primeira, a conversão do Congresso em Assembleia Nacional Constituinte (ANC) impediu a participação popular livre e soberana, tornou impossível o “acerto de contas entre os que sempre foram excluídos e os que excluíram” (FERNANDES, 1986, p. 73). E, “o povo penetrou dentro da casa, mas não a conquistou. Tudo foi feito para excluí-lo, da forma mais minuciosa e inteligente” (FERNANDES, 2014, p. 120). Na instalação da ANC, o parlamento foi sitiado por forças militares sob o alibi de conter a mobilização popular.

Os símbolos do poder foram enquadrados em uma ótica que expunha a olho nu, de cultos ou analfabetos, de parlamentares ou “outras autoridades”, de civis e militares, qual era e onde se localizava o *poder real*. Visto de fora, o primeiro plano esclarecia o drama e a miséria da situação política brasileira. A farda, as armas, os equipamentos militares sofisticados, como símbolos da força, da autoridade e do poder; o conjunto arquitetônico do Parlamento como o poder vazio e soterrado; a massa do povo afastada, excluída e humilhada, vítima das injunções da violência institucional militarizada, como inimigo interno (FERNANDES, 2014, p. 61).

A segunda manobra das classes dominantes, representadas pelo “centrão”, grupo majoritário de parlamentares aliados ao governo Sarney, conservadores, representantes da grande burguesia, conglomerado de políticos unidos em torno da defesa do capital, consistiu em adotar o Regimento Interno da Câmara e do Senado na elaboração da Carta Magna. O resultado foi uma divisão do trabalho que fragmentou o processo de elaboração constitucional, “introduzindo uma cunha insuperável entre os momentos ou etapas daquele processo e trabalho contínuo da ANC” (FERNANDES, 2014, p. 307). A manobra divorciou o plenário, que delibera as propostas, das subcomissões, das comissões temáticas e da comissão de sistematização, que escolhiam quais seriam as propostas votadas no plenário. Esse expediente permitiu a pulverização dos Constituintes

representantes dos interesses populares, a criação de um “comitê de cérebros” liberais e conservadores que decidia o que seria votado em plenário, onde também tinham ampla maioria. A comissão de sistematização barrou muitas iniciativas de interesse popular.

Os ardis foram muitos, revela Florestan Fernandes (2014). O processo Constituinte que deu origem à “Nova República” foi controlado pelas classes dominantes e suas elites políticas. Elas determinaram, via maioria parlamentar, as regras do jogo e exerceram amplo poder de pressão política, impondo mecanismos para impedir proposições que fugissem ao controle das forças da ordem, um processo de trabalho que reconhecia o poder constituído e renunciava à soberania popular. O resultado foi a predominância de interesses particulares, instrumentalização de partidos para fins antissociais, antinacionais, negando um processo constituinte democrático e pluralista. Em meio aos ardis dos políticos conservadores, à intervenção do governo e de seus polos civis e militares, à pressão exercida por organizações religiosas e organizações econômicas do patronato, foi votada a Constituição de 1988.

Apesar disso, os constituintes radicais e de esquerda conseguiram aprovar alguns artigos ligados às liberdades individuais e coletivas ou aos direitos sociais, impediram que a “transição lenta, gradual e segura” fosse até as últimas consequências. “Sem ser uma promessa de revolução – sequer dentro da ordem: a revolução que a burguesia deveria ter realizado – ela [a Constituição] repõe a ameaça aos privilegiados” (FERNANDES, 2014, p. 290). Assim, a Constituição de 1988, embora contenha avanços em relação às anteriores, não rompeu com a ditadura civil-militar, “representa um bom pretexto para uma defesa reacionária e intransigente da ordem, um incentivo incoercível à contrarrevolução. Se nada suceder a promessa democrática passará a ser uma realidade”. (FERNANDES, 2014, p.290). Fernandes, em 1986, já apontava a tendência de que “o braço militar se desarmaria, continuando, porém, por trás da presidência, como uma retaguarda pronta para o ataque se os “inimigos da ordem” chegassem a se erigir em um obstáculo efetivo” (1985, p.19). De fato, o artigo 142 manteve as forças armadas como garantidoras da lei e da ordem, “a contrarrevolução foi interrompida no tope e para o proveito dos de cima” (FERNANDES, 1985, p. 11).

O processo de redemocratização não ocorreu conforme os interesses dos “debaixo”. A “Nova República” renova, mais uma vez, um “presidencialismo de corte ditatorial, no qual a democracia para os de cima se superponha uma ditadura dissimulada para os debaixo” (FERNANDES, 1986, p.26). “Na verdade, a ditadura militar encontrou vários meandros para continuar viva e atuante” (FERNANDES, 1990, p.5). Outra possibilidade de ruptura se perdeu nas eleições de 1989, ocasião na qual o candidato das esquerdas, que tinha um programa de revolução dentro da ordem, mas foi derrotado “pelo partido mais forte da América Latina, a Rede Globo de televisão” (FERNANDES, 1990, p.6). Então, ficou claro para o autor que, na “Nova República”, “a conquista de um patamar efetivamente democrático será difícil e exigirá conflitos intestinos ásperos” (FERNANDES, 1990, p. 6).

Assim, o arco da revolução burguesa no Brasil, o processo histórico, de consolidação da burguesia no controle econômico e político ocorre mediante três movimentos: revolucionário, contrarrevolucionário e estabilização repressiva. Hoje vivenciamos, nessa perspectiva, o movimento da estabilização repressiva da revolução burguesa no Brasil, quando, após se concretizar por uma via autocrática e contrarrevolucionária, a burguesia consolida seu poder e torna-se classe dominante conservadora. Porém, a contrarrevolução ao se metamorfosear em um regime republicano democrático restrito (“Nova República”), pode voltar à cena, à guerra civil a frio (como a ditadura civil-militar) ou a quente (como a ditadura no Chile de Pinochet), se preciso for, para conservar o *status quo*.

Regredimos no plano agrocomercial, com a recuperação do latifúndio; no nível institucional, com o fortalecimento do Estado autocrático burguês (agora dotado de “eleições livres”); na esfera da organização da sociedade civil, com a decuplicação do desenvolvimento desigual. Reestabeleceu-se outra espécie de pacto colonial, invisível, destrutivo e maligno. Ocorreu a “multiplicação de empregos” e a “difusão do mercado de trabalho”. [...] O pauperismo, a prostituição, o favelamento, os

deslocamentos em massa de imigrantes miseráveis, a mortalidade infantil, a desagregação e a obsolescência de serviços públicos essenciais (escolas, hospitais, transportes, saneamento etc.); as discriminações odiosas do negro, do mulato, do mestiço, dos indígenas, dos trabalhadores (e com maior intensidade do trabalhador da terra), das mulheres, dos idosos, dos “transgressores sexuais”, ou de “viciados em drogas” etc.; o genocídio e a violência como recursos não de seleção, mas de opressão – atingiram uma escala alarmante, desumana, degradante. Cultivamos e nos orgulhamos da civilização produzida e geradora de barbárie como expressão máxima do “progresso” (FERNANDES, 1990, p. 56-57).

Em razão de que a revolução burguesa no Brasil não é uma revolução frustrada, concluiu com êxito as tarefas que lhe cabiam fazer sob o capitalismo dependente, não há mais ação revolucionária. A época da estabilização repressiva ocorre às custas da dependência e do subdesenvolvimento como formas de “integração para fora e desintegração para dentro”. As tarefas revolucionárias são papéis históricos a serem saturados pelos de baixo, daí surge o problema do contramovimento potencial dos trabalhadores à revolução burguesa em atraso.

4. A PROBLEMÁTICA DA REVOLUÇÃO DOS TRABALHADORES

A obra de Florestan Fernandes escrita nas décadas de 1960 a 1990 pode ser interpretada como uma resposta à historiografia da revolução brasileira e à problemática subjacente a essa literatura. Ele retoma a história do Brasil enfatizando o surgimento do capitalismo como realidade interna, condicionada por fatores internos e externos. O capitalismo dependente e a revolução burguesa em atraso evidenciam a existência de uma “via” particular de objetivação capitalista no Brasil e na América Latina.

Na história brasileira, devido ao desequilíbrio de representação de forças no Estado, monopolizando-as os estamentos e, no período republicano, as classes sociais dominantes, o protesto negro, popular, operário nunca teve força suficiente para ameaçar a ordem constituída.

No caso brasileiro, as ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos, como expediente de manipulação conservadora do “radicalismo” ou do “nacionalismo” das classes médias e dos setores industrialistas (FERNANDES, 2014, p. 250).

A emergência do povo na história é o critério usado por Florestan Fernandes para pensar a revolução brasileira. Um drama identificado com a luta dos “movimentos sociais no meio negro” nas décadas de 1920 e 1930, com a resistência dos imigrantes pobres contra o tratamento escravista dos patrões, com histórias de vida, como a do militante comunista Gregório Bezerra, com as lutas que antecederam o golpe civil-militar e com as lutas que antecederam o fim da ditadura civil militar. Ao longo da história, as irrupções das massas populares e das classes trabalhadoras

se perderam ou se diluíram dentro da ordem, ou porque eram muito fracas e foram pulverizadas sem contemplação (como aconteceu na década de 1910), ou porque se viram incorporadas aos dinamismos políticos de consolidação da ordem existente (como ocorreu nas composições da demagogia com o radicalismo pequeno-burguês nacionalista e populista, da queda do Estado Novo em diante (FERNANDES, 1980, p. 198).

Contra essas tentativas de emergência do povo na história existiram condições sociais, econômicas, políticas e culturais que dificultaram o processo como: as desigualdades raciais, sociais, econômicas, o folclore ou consciência popular manipulada ao sabor da ideologia dominante, a

privatização do ensino público, a resistência sociopática das classes dominantes à mudança progressiva, o controle do Estado por elas, a submissão ao imperialismo, o Estado autocrático, o fascismo de autodefesa e autoprivilegiamento dessas classes dominantes, o qual se evidencia na “exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado” (FERNANDES, 1981, p.16). A contrarrevolução permanente é inimiga da emergência do povo na história, bloqueia a criação de uma sociedade brasileira nova. Tornou-se o expediente da conservação do poder, ainda que oculto sob a “República Nova” e a reciclagem da ditadura, por parte da burguesia compósita que comanda o país desde 1964.

Essa burguesia compósita se mantém como classe dominante devido à dupla articulação, que impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior do que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si (FERNANDES, 2006, p. 293).

Essa conclusão contribui para questionar três mitos: o mito da burguesia nacional, o mito do desenvolvimento e o mito do desenvolvimentismo. Neste, o que estava em jogo, no acordo formal ou informal do grande capital com o trabalho, era “um artifício para manter o status quo onde convinha, onerando-se a coletividade com o um todo com processos econômicos que não distribuam proventos equitativos para todos” (FERNANDES, 2008a, p.135). Pois, mantida a dupla articulação, o desenvolvimento capitalista produz mais dependência e mais subdesenvolvimento,

Mantida esta, o novo padrão de desenvolvimento capitalista terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento não como algo transitório, mas permanente. (FERNANDES, 2006, p. 293).

Assim, não há burguesia nacional revolucionária e conquistadora no Brasil. As classes burguesas são complacentes e estão unificadas pela dupla articulação (interna e externa) com outras burguesias. Como diz o autor, “o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas” (FERNANDES, 2006, p.251). Logo, se não há possibilidade de desenvolvimento capitalista sem dependência e subdesenvolvimento, nem existe uma burguesia nacional como agente histórico da transformação capitalista autônoma, não há porquê as esquerdas servirem de tropa de choque da burguesia nacional. Não há encadeamento inexorável entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, os proventos do processo são monopolizados e divididos entre os protagonistas. As burguesias periféricas estão a serviço do capitalismo internacional.

Se as transformações substantivas não podem ser esperadas pura e simplesmente das contradições sociais, cabe aos trabalhadores se organizarem como classe *em si e para si*. O ensinamento de Karl Marx colocado em prática por Lênin, é interpretado por Florestan Fernandes, como emergência do povo na história. Desde a publicação da primeira edição de *Mudanças sociais no Brasil*, Fernandes (1960, p. 31) defendia que “há ampla margem de progresso social a ser alcançado nos limites da ordem social estabelecida”. Essa crença é o embrião do conceito de revolução dentro da ordem. A categoria revolução, antes, interpretada como integração e desintegração de uma ordem social (FERNANDES, 1963), passa a ser qualificada por Fernandes em 1968 como revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem. Essa nova concepção sintetiza os dois sentidos básicos presentes na historiografia da revolução brasileira (capitalista ou socialista), estabelece dois momentos de mudança implicados e distintos: o imediato e o mediato, inspira-se na “discussão leniniana sobre os caminhos da social democracia russa” (ANTUNES, 2009, p. 14). O conceito compreende dois horizontes de atuação política:

Um que contivesse as possibilidades de interação construtiva com as exigências do presente, nos limites dos mecanismos sociais, econômicos e políticos que constroem e mantêm a conjuntura histórica existente. Outro, que levasse em conta os caminhos reais da construção do socialismo no Brasil. Considero frutífero compreender e debater os dois objetivos em conjunto, mas como condição para que o segundo se imponha ao primeiro nos raciocínios de natureza prática, principalmente em reflexões ou em previsões de médio e longo prazo. (FERNANDES, 1980, p. 88.)

No caso brasileiro, as tarefas históricas, em termos de desenvolvimento capitalista, não foram feitas pela burguesia. Restam aos trabalhadores e aos “de baixo” as levarem adiante – descolonização, revolução democrática, revolução nacional, revolução educacional, revolução agrária, revolução urbana –, que se voltam contra os fundamentos da ordem burguesa, e, assim, a revolução brasileira significa a emergência do povo na história e deve ter como finalidade a construção do socialismo.

Essas duas vias se opõem frontalmente entre si, de uma forma bem conhecida. Em um sentido pleno, só a segunda é propriamente revolucionária, já que a primeira acarretaria, no plano da sociedade nacional, a consolidação e universalização da ordem socioeconômica existente. Não obstante, mesmo ela exige a “revolução agrícola”, como ponto de partida; e pressupõe a ruptura não só com a dependência dentro da dependência, mas com o próprio capitalismo dependente. (FERNANDES, 2008a, p. 189.)

A problemática do contramovimento dos trabalhadores é pensada à luz da transformação capitalista dependente na fase dos monopólios e do capital financeiro. Como aquelas tarefas políticas não foram feitas na revolução burguesa no Brasil e são dispensáveis para o padrão de acumulação de capital dependente ou dual, a realização delas envolve rupturas significativas. É do interesse de classe dos trabalhadores lutarem contra a dupla articulação da economia brasileira, pela descolonização, pela revolução democrática, pela revolução nacional, pela revolução agrária, pela revolução educacional, uma vez que esse seria o caminho para resolver os problemas e dilemas nacionais e construir a revolução brasileira socialista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hobsbawm (1977) afirma que as revoluções burguesas não se definem apenas pelo triunfo da nova sociedade capitalista. Elas também colocam em cena novas forças capazes de negar a sociedade burguesa através da revolução socialista. Nesta perspectiva, as revoluções são sociais, implicam a mudança das relações sociais de produção e a revolução socialista realiza a emancipação econômica do trabalho.

José Paulo Netto (1987) defendeu que a recuperação e centralidade da categoria revolução na obra de Florestan Fernandes não é apenas um “exercício intelectual: ela se opera no tratamento do material histórico completo” (p. 297). As condições históricas teriam determinado este traço da produção intelectual do autor.

O privilégio da problemática da revolução significa em Florestan que a obra de Marx é toda ela interpretada em função da prática política (inclusive que demanda elaboração teórica) que pode conduzir à ultrapassagem do mundo burguês. Isto é: a centralidade temática, crítico analítica e categorial da revolução tem raízes históricas

e teóricas no pensamento de Florestan que desbordam largamente a sua função polêmica (NETTO, 1987, p. 299).

Sem negar essa interpretação, o presente artigo mostra que a problemática da revolução está presente nos escritos de Florestan Fernandes, desde o início da década de 1960, em meio aos estudos sobre mudança social, concepção que se transforma, conforme a mudança de contexto histórico e intelectual. A própria categoria revolução que estava relacionada à desintegração e reintegração de uma nova ordem, passa a ser vista como revolução dentro da ordem e revolução contra a ordem. Concepção que cria unidade dialética tanto do sentido da revolução brasileira como desenvolvimento capitalista com autonomia e democracia quanto como transformação socialista. Assim, aquela historiografia é parte importante do material histórico com o qual Florestan Fernandes dialoga.

Na mesma linha de Netto (1987), Rodrigo Castelo (2008) reconhece a importância dos estudos marxistas para a nova problemática que surge na obra de Florestan Fernandes no final dos anos 1960, dando destaque para os “estudos marxistas sobre os processos de transição tardia [...] em formações econômico-sociais periféricas” (292). Ele mostra que o autor polemizou com ISEB, CEPAL, PCB e a teoria da dependência nas diferentes vertentes. Todavia, restringe a historiografia da revolução brasileira ao debate econômico, mediante o qual Fernandes participou da perspectiva da crítica da economia política. Ao invés disso, o presente artigo defende que essa historiografia possui uma problemática e abrange diversas fronteiras disciplinares, tendo sido ela de enorme importância para a evolução intelectual do sociólogo paulista, que participou da mesma, já no início da década de 1960, com os estudos sobre mudança social.

A historiografia da revolução brasileira, nesse sentido, é o contexto intelectual no qual Fernandes se insere. Os contextos histórico e intelectual se transformaram, desafiaram-no a responder às questões essenciais de seu tempo, à reformulação de sua problemática e a criação de uma resposta para entender a transição da sociedade brasileira para o modo de produção capitalista.

Nessa resposta, a revolução burguesa é apreendida em seu arco histórico (revolução, contrarrevolução e estabilização repressora), naquilo que pôde ou não alcançar. Ao refletir sobre o andamento da revolução burguesa no Brasil, Florestan Fernandes mostra que a burguesia concretizou a própria revolução de um modo particular, tornando-se classe social reacionária. As tarefas não realizadas pela burguesia colocam em cena o problema da revolução dos trabalhadores, os quais são concebidos como os agentes da revolução brasileira socialista, que começará pela concretização da descolonização, pela ruptura com a dupla articulação, pela revolução nacional, pela revolução urbana, pela revolução agrária e pela revolução educacional passíveis de serem feitas apenas mediante a ruptura com o capitalismo dependente.

6. REFERÊNCIAS

- AFONSO, Ruy. **A primeira revolução social brasileira (1798)**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- AMARAL, Ignacio. Manuel de Azevedo. **Ensaio sobre a revolução brasileira: 1931-1934** (contribuição para o estudo dos problemas da brasilidade) Rio de Janeiro, 1963.
- ANTUNES, Ricardo. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009. [1973]
- BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.
- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- BASTOS, Élide Rugai. O outro Brasil de Luís Amaral. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai; VILLAS BOAS, Gláucia. (Orgs.). **O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil**. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2008.
- BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru, SP: Edusc, 2008.
- CANDIDO, Antônio. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CARONE, Edgar. **O PCB**. v. II. 1946-1964. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTELO, Rodrigo. Presença de Florestan Fernandes: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria Mello de. **Ecos do desenvolvimento**. Uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA: Centro Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2011.
- FREITAG, Bárbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCÃO, Maria Angela. **O saber militante**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- _____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1961.
- _____. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Editora nacional, 1963.
- _____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.
- _____. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. São Paulo: 1980.
- _____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. **Que tipo de República?** São Paulo: editora Brasiliense, 1986.
- _____. **A transição prolongada**. O período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. **Democracia e desenvolvimento**. A transformação da periferia e o capitalismo da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- _____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Global, 2006. [1974]
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008. [1968]
- _____. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Globo, 2008b. [1964]
- _____. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008c. [1964]

- _____. **Florestan Fernandes**. In: COHN, Amelia (org.). *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2008d.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009. [1973]
- _____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010. [1976]
- _____. **Florestan Fernandes na Constituinte: Leituras para a Reforma Política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.
- FERNANDES, Heloisa. Prefácio. In: FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- HADDAD, Jamil Amansur. **Revolução cubana e revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HOLANDA, Nestor de. **Como seria o Brasil socialista?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- IANNI, Octávio. **Sociologia da sociologia**. O pensamento sociológico brasileiro. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- JUNIOR, Diniz. **Uma etapa da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Dnp, 1938.
- JÚNIOR, Caio Prado. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2006.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MELLO, Custódio José. **O Governo Provisório e a Revolução de 1893**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MORAIS, Pessoa. **Sociologia da revolução brasileira: análise e interpretação do Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- NETTO, José Paulo. A recuperação marxista da categoria revolução. In: D’INCÃO, Maria Angela. **O saber militante**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?** Cadernos do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962a.
- _____. **Revolução e contrarrevolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b.
- PAGANO, Sebastião. **O Conde dos Arcos: e a revolução de 1817**. São Paulo, SP: Nacional, 1938.
- PERI, Marcos. **Perspectivas da revolução brasileira**. São Paulo: Autores Reunidos, 1962.
- RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- _____. **Mito e verdade sobre a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- SANTOS, Amílcar Salgado dos. **A revolução brasileira na Amazônia: notas para a história da Amazônia**. São Paulo: [s.n.], 1931.
- SANTOS, Theotônio. **Quais são os inimigos do povo?** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.
- SILVEIRA, Urias Antônio da. **Galeria histórica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889: que ocasionou a fundação da República dos Estados- Unidos do Brazil**. Rio de Janeiro. Typographia Universal de Laemmert, 1890.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.
- SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo; Rio de Janeiro: Nacional, 1939.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**: Rio de Janeiro, 1998.

TÁVORA, Juarez. **Á guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924** – 1 vol. São Paulo: O combate, 1927.

VINHAS, Moisés. **Operários e camponeses na revolução brasileira**. São Paulo: Editora Fulgor, 1963.

VIEIRA-PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**. Livro I: A consciência ingênua. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960a.

_____. **Consciência e realidade nacional**. Livro II: A consciência crítica. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960b.

Recebido em 22/03/2021

Aprovado em 31/08/2021

